

A estratégia “kamikaze” bolsonarista: perspectivas sobre as relações do Brasil com a China e com o Mercosul

The bolsonarista “kamikaze” strategy: perspectives on Brazil’s relations with China and with Mercosur

MARCELO DE MOURA CARNEIRO CAMPELLO | marcelinhocampello@hotmail.com / Professor de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor em Economia Política Internacional (PEPI) pelo IE/UFRJ e pós-doutor pelo Centro de Estudos Internacionais pelo Instituto Universitário de Lisboa

Recebimento do artigo Setembro de 2021 | **Aceite** Novembro de 2021

Resumo: A estratégia “kamikaze” bolsonarista é uma narrativa discursiva de caráter sinofóbico que pode influenciar a busca por outros mercados pela China, o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. Tal estratégia também envolve a marginalização do Mercosul pela agenda político-econômica brasileira nos últimos anos. A partir de uma breve crítica sobre o denominado fenômeno bolsonarista e pelas questões que envolvem o incremento do “apetite” chinês pelas commodities brasileiras, pretende-se discutir as motivações e os riscos da acentuação da dependência econômica nacional em relação à China, sobretudo em tempos marcados por sucessivos ataques por parte da gestão Bolsonaro. O presente artigo também visa analisar os impactos da falta de um projeto de Estado brasileiro no tocante a uma política industrial que incentive a competitividade das empresas do país no mercado interno e no próprio Mercosul, inclusive para afastar a concorrência chinesa, e refletir sobre as múltiplas consequências da perda de influência geopolítica e geoeconômica do Brasil frente aos vizinhos do Mercosul, o espaço de atuação mais relevante da política externa e dos setores econômicos mais modernos do país. **Palavras-chave:** Economia brasileira; Bolsonarismo; Expansão chinesa; Geopolítica do Brasil; Mercosul.

Abstract: The bolsonarista “kamikaze” strategy is a discursive narrative of a synophobic character that can influence the search for other markets by China, Brazil’s largest trading partner since 2009. This strategy also involves the marginalization of Mercosur by the Brazilian political-economic agenda in recent years. Based on a brief critique of the so-called bolsonarista phenomenon and the issues surrounding the increase in the Chinese “appetite” for Brazilian commodities, we intend to discuss the motivations and risks of increasing national economic dependence on China, especially in times marked by successive attacks by the Bolsonaro administration. This article also aims to analyze the impacts of the lack of a Brazilian State project with regard to an industrial policy that encourages the competitiveness of the country’s companies in the domestic market and in Mercosur itself, including to ward off Chinese competition, and reflect on the multiple consequences of Brazil’s loss of geopolitical and geoeconomic influence vis-à-vis Mercosur’s neighbors, the most relevant space for foreign policy and the most modern economic sectors in the country. **Keywords:** Brazilian economy; Bolsonarismo; Chinese expansion; Geopolitics of Brazil; Mercosur.

1. QUESTÕES CENTRAIS

A notável expansão global chinesa iniciada no último quartel do século XX fez com que o país se tornasse uma das grandes potências político-econômicas do Sistema Internacional contemporâneo. Nos últimos anos, o gigante asiático substituiu a histórica posição hegemônica dos Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil e do Mercosul.

Recentemente, com a paralisia econômica brasileira, no qual registrou um recuo médio anual de 0,6% do PIB per capita entre 2011 e 2020 (CONSIDERA; TRECE, 2021), e com a acentuada crise de desindustrialização experienciada pelo país desde os anos 1980, no qual a participação da indústria de transformação no PIB caiu de 35,90% em 1985 para 11,30% em 2020 (CNI, 2021), a China vem ocupando o lugar do Brasil como um estratégico parceiro político-econômico de cada país do bloco sul-americano.

O enfraquecimento do Mercosul nos últimos anos, motivado tanto pelas crises econômicas na maior parte dos países membros como pela marginalização do bloco pela atual condução da política externa brasileira, reduziu a influência geopolítica e geoeconômica nacional sobre os vizinhos. A falta de visão estratégica brasileira abriu caminho para a maior presença do Estado chinês e facilitou a expansão das exportações de produtos manufaturados chineses no Mercosul.

Uma leitura dos dados relativos às transações comerciais travadas pela economia brasileira nos últimos anos demonstra dois aspectos importantes: i) a pauta de exportações do país está extremamente dependente da demanda chinesa, principalmente pela importância que os setores primário e secundário de reduzido beneficiamento tecnológico-industrial assumiram no PIB nacional; ii) a distância cada vez maior da atuação do Brasil no espaço estratégico do Mercosul.

A demanda chinesa pelas commodities brasileiras apresentou um veloz crescimento nos últimos anos por razões de ordem geopolítica, como a guerra comercial travada entre os Estados Unidos e a China, e por elementos internos ao próprio desenvolvimento chinês, como os complexos desafios para a manutenção da segurança alimentar e soberania energética do país devido à acelerada urbanização e às mudanças de padrão de vida de centenas de milhões de habitantes. Por razões geoestratégicas, as consequências pandêmicas do novo coronavírus também aumentaram o “apetite” e as necessidades chinesas.

Tal incremento nas relações comerciais bilaterais entre Brasil e China é obra muito mais de razões circunstanciais, como a demanda chinesa e a oferta brasileira, do que por razões de aproximação diplomática e parcerias geopolíticas e geoeconômicas. Ao invés de buscar cooperação estratégica em importantes áreas em que a China desponta como referência global e atuar para repelir a expansão das exportações industriais chinesas para o Mercosul, o atual governo brasileiro, sob a chancela do bolsonarismo, vem desempenhando um papel institucional nitidamente anti-China fruto de elementos ideológicos e eleitoreiros internos.

O denominado bolsonarismo age sob as premissas do “confronto permanente” e da “guerra cultural” para oferecer respostas e coesão a uma base social radical de sustentação. Todavia, o “confronto” em questão envolve o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009¹ e, ainda, o ator internacional que desponta como a grande potência hegemônica do século XXI.

1 Devido às consequências econômicas da grande crise financeira de 2008 e da própria expansão global chinesa, o país passou a ocupar o lugar histórico dos Estados Unidos como o maior principal parceiro comercial do Brasil.

A postura sinofóbica da gestão Bolsonaro ilustra a falta de um projeto nacional capaz de (re)pensar os limites desta parceria, as potencialidades de uma aproximação geoestratégica para além das exportações de commodities e os riscos de uma dependência econômica cada vez mais aprofundada. Desde 2019, tal dependência vem crescendo e, contraditoriamente, vem sendo acompanhada por uma agressiva narrativa discursiva governamental.

Assim, em razão do caráter “suicida” da política externa do atual governo brasileiro, definimos a estratégia “kamikaze” bolsonarista como uma narrativa discursiva de caráter sinofóbico que pode influenciar o desenvolvimento das relações bilaterais entre Brasil e China. Como ver-se-á, tal estratégia também envolve a marginalização do Mercosul pela agenda político-econômica brasileira nos últimos anos.

Após o exposto, o presente artigo debaterá algumas hipóteses, como as contradições do bolsonarismo e da gestão Bolsonaro, um governo em parte sustentado pelo poder político do agronegócio, e que é capaz de conturbar as relações bilaterais entre Brasil e China num contexto temporal de crise econômica e, ao mesmo tempo, de aumento nas transações comerciais sino-brasileiras com especial ênfase nas exportações de commodities pelo Brasil. Os elementos que envolvem a expansão da demanda chinesa por commodities brasileiras nos últimos anos e os riscos que a busca por outros mercados pela China pode conferir ao país, especialmente ao setor agro-minero-exportador, também merecerá destaque. Discutir a relação entre a falta de visão de longo prazo do Estado brasileiro nas últimas três décadas no tocante à uma política industrial competitiva com a acentuação da dependência econômica nacional das exportações de produtos primários e secundários com pouco beneficiamento para a China é uma problemática fundamental para a presente reflexão. Por fim, a perda de influência geopolítica e geoeconômica do Brasil frente aos parceiros do Mercosul, o espaço de atuação mais relevante da política externa e dos setores econômicos mais modernos do país, e o próprio esvaziamento do bloco pela agenda bolsonarista, encerram os principais pontos de análise.

Na busca de respostas para as hipóteses acima, o artigo está dividido da seguinte forma: a seção 1 discute, brevemente, o fenômeno bolsonarista. A seção 2 apresenta alguns dos elementos acerca do expansionismo global e do “apetite” chinês por commodities. A seção 3, o principal objeto desta investigação, analisa como a estratégia “kamikaze” do bolsonarismo poderá trazer profundos impactos político-econômicos ao Brasil pela persistência de uma retórica governamental anti-China. A mesma seção ainda aponta algumas das múltiplas consequências da marginalização do Mercosul pela atual agenda geoestratégica do governo brasileiro. Finalmente, as considerações finais refletem sobre os aspectos que envolvem as relações de dependência, parceria e rivalidade entre o Brasil com a China e com o Mercosul.

2. O FENÔMENO BOLSONARISTA

É preciso caracterizar e descrever o que autores denominam como bolsonarismo (BUGALHO, 2020; AVRITZER *et al*, 2021; ROBLES, 2020). O fenômeno bolsonarista é produto do neopopulismo de extrema-direita e da crise das democracias liberais. Apesar de se tratar de um movimento de massa de caráter nacional-popular, não é necessariamente amparado em movimentos sociais (MÉNY, 2019).

O surgimento, a expansão e o sucesso eleitoral da extrema-direita brasileira possui sólidas conexões com movimentos neoconservadores ocidentais em andamento, sobretudo àqueles vinculados aos *alternative-right* dos Estados Unidos e alguns regimes europeus, como o húngaro, de Viktor Orbán, líder do partido de extrema-direita nacional-populista Fidesz e primeiro-ministro da Hungria desde maio de 2010, e o polonês, de Andrzej Duda, líder do partido de extrema-direita e nacional-conservador Lei e Justiça e presidente da Polônia desde agosto de 2015.

Como abordado por Kalil (2018), o bolsonarismo segue a cartilha do trumpismo e conecta o neoliberalismo com o neoconservadorismo. O movimento aposta numa postura radical contra a globalização e as Organizações Multilaterais Internacionais, mas é conivente com alguns alicerces econômicos estruturantes do modelo neoliberal. Num constante tom de ataque, os discursos são feitos para as massas contra a opressão das elites globais, mas apresentam forte violência aos direitos das minorias. O bolsonarismo atua como uma espécie de seita messiânica, operando na defesa de pautas ultraconservadoras na questão dos costumes através de uma leitura fundamentalista do cristianismo com um forte componente de segregação social.

A “guerra cultural”, aspecto central do bolsonarismo, tem os movimentos sociais identitários e os partidos tradicionais como inimigos, sobretudo os de esquerda. Como nos Estados Unidos, o movimento radical se coloca como o único e verdadeiro defensor dos valores da família tradicional cristã com base num (tele)evangelismo neopentecostal (LOUÇÃ, 2018).

A narrativa discursiva bolsonarista canaliza suas críticas à “ideologia globalista”, conceito vago, abstrato e de difícil compreensão no mundo real para além de ser uma figura de linguagem utilizada para reforçar a ideia de um inimigo do “nós” contra “eles”, de “confronto permanente” e de “guerra cultural”. Nesta visão de mundo, as elites financeiras cosmopolitas junto com Organizações Multilaterais Internacionais e forças políticas do *establishment* estão unidas para impor novos valores e formas de comportamento que “ferem” o modo de vida ocidental-cristão (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

A extrema-direita bolsonarista faz uso das redes sociais como forma de esvaziamento da política em seu estado puro. Utiliza métodos artificiais de propagação de desinformação ou “*fake news*” de maneira constante e instantânea para radicalizar o debate público, apostando no discurso de ódio antissistêmico para cristalizar profundas e violentas formas de ruptura da ordem social com vistas à obtenção de ganhos político-eleitorais.

O bolsonarismo inaugurou uma forma de fazer política baseada na “memificação” e na banalização do medo (ROBLES, *Op. Cit.*). Com propostas armamentistas e de redução da política de direitos humanos, o bolsonarismo utiliza argumentos militaristas para construir uma violenta base de apoio composta pelas elites financeiras mais retrógradas do país, por membros das forças armadas e das forças de segurança pública (BUGALHO, *Op. Cit.*).

Ao se colocar como o “novo”, o “diferente” e o “inimigo” dos partidos tradicionais e, ainda, aproveitando-se de um contexto nacional de crises política, econômica e de segurança pública, a candidatura de Bolsonaro foi capaz de aglutinar uma massa composta por um perfil de cidadão de baixa/média escolaridade que teve uma queda em seu padrão de vida nos últimos anos. Este cidadão, desacreditado do sistema político e sem a sensação de ter obtido ganhos com a globalização neoliberal, foi descrito por Milanovic (2017) como os “vencidos ou perdedores da globalização”.

3. NOTAS SOBRE O EXPANSIONISMO GLOBAL E O “APETITE” CHINÊS POR COMMODITIES

A diplomacia e a expansão global de Pequim se caracterizam pelo pragmatismo para fazer negócios que atendam, prioritariamente, a busca pelo seu interesse nacional. Nos últimos 20 anos, a oferta de recursos naturais brasileiros com pouco beneficiamento vem atendendo os interesses geoeconômicos e geoestratégicos chineses.

Com uma agenda expansiva vinculada a uma estratégia global de longo prazo, o comércio chinês não tem ideologia e costuma não se importar com aspectos que envolvam políticas de direitos humanos e ecológicos nas cadeias produtivas dos países ou áreas produtoras dos recursos que demandam. Especificamente sobre as relações com o Brasil, Pequim não faz profundas exigências na questão socioambiental das cadeias produtivas da soja, pecuária e mineração, por exemplo. Sob a ótica do bolsonarismo e de sua base política e econômica de apoio, este aspecto deveria ser valorizado, já que cada vez mais mercados e países questionam as políticas ambientais e as próprias cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

Neste ponto específico, é preciso salientar a dualidade chinesa. Por um lado, a China ainda é marcada pela reduzida exigência ambiental nos processos produtivos internos dos países exportadores de commodities. Por outro, numa escala da geopolítica ambiental, das competições interestatais e do desenvolvimento de longo prazo, o país vem agindo com uma postura diferenciada no cenário internacional no que tange a aspectos de desenvolvimento limpo.

O expansionismo global chinês envolve o fato de o país ser um grande investidor econômico em diversas economias nacionais. Como colocado pela economista zambiana Dambisa Moyo (2013), a crescente influência global da China espelha a sua ascensão econômica e, invariavelmente, o aumento da procura por recursos naturais, sobretudo para sustentar novos padrões de consumo, a crescente urbanização, o acelerado ritmo de crescimento econômico e a redução da pobreza interna.

A estratégia global da China em relação às matérias-primas tem todas as características de uma relação simbiótica: cada parte está dependente da outra, quase até o ponto da sobrevivência. A China fornece o dinheiro que outros países necessitam, em troca de acesso a recursos que precisa desesperadamente. Ao fazê-lo, o equilíbrio simbiótico resultante do comércio de matérias-primas desenvolve uma relação a longo prazo que pode prosperar - pelo menos até que os recursos esgotem (MOYO, *Op. Cit.*, p. 140).

Com um tipo de “colonialismo” estritamente econômico que difere “das armadilhas do colonialismo europeu, como conversão religiosa, uso de força militar ou a escolha de liderança política local” (MOYO, *Op. Cit.*, p. 179), a China vem buscando garantir o fornecimento de

recursos naturais que minimizem a escassez de água interna, o acréscimo da desertificação e as dificuldades de expansão da produção agrícola nacional².

Tal como uma potência colonial do século XIX, a China percorreu o mundo para assegurar os recursos. Ao contrário de muitos poderes coloniais anteriores, a sua estratégia passa muito menos por saquear as riquezas naturais dos países e muito mais por assinar acordos de ajuda a longo prazo e contratos comerciais (MOYO, *Op. Cit.*, p. 113).

Em 2020 e 2021, como consequência da pandemia do novo coronavírus, o “apetite” chinês por commodities, parte de um projeto estratégico de Estado do gigante asiático para garantir segurança alimentar e soberania energética, acelerou as exportações agropecuárias e minerais do Brasil. Tal demanda contribuiu para o crescimento das vendas brasileiras para o gigante asiático mesmo num ano de forte recessão no comércio mundial.

Contudo, não dá para precisar até quando a demanda chinesa se manterá em patamares tão elevados, visto que em meados da década de 2010, tanto a brusca redução do valor das commodities no cenário internacional como a desaceleração do crescimento econômico e da demanda chinesa por bens primários brasileiros contribuíram para a crise econômica que o Brasil experienciou no período.

Em 2015, num contexto de crise da economia brasileira e de super dependência das exportações de commodities, Mauro Laviola, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), pontuou uma reflexão que ainda se mantém:

A pergunta básica consiste em saber até quando o Brasil ficará dependente do rol de bens primários vendidos à China para sustentar o superávit comercial, contrabalançar a desaceleração da economia doméstica e superar o surto inflacionário que onera os custos de produção (LAVIOLA, 2015 APUD CACIOLI; FORDELONE, 2015, On-line).

Num contexto temporal de valorização das relações sul-sul, por interesses geopolíticos mútuos verificados nas relações amistosas entre o governo chinês com os governos de centro-esquerda do Brasil entre 2003 e 2016, inclusive com o surgimento dos BRICS³, em 2009, e em virtude de um ciclo global de valorização das commodities, as relações comerciais entre Brasil e China se fortaleceram a partir da primeira década do século XXI. Mas é em 2020 que essa relação, contraditoriamente, chega ao seu ápice.

2 A China é uma das maiores potências agropecuárias do mundo. Todavia, “as suas ambições quanto ao desenvolvimento e à economia excedem, de várias formas, os seus próprios recursos” (MOYO, *Op. Cit.*, p. 113).

3 Originalmente denominado BRIC, sigla que envolve Brasil, Rússia, Índia e China e que, em 2011, contou com a admissão da África do Sul (“S” de South Africa em inglês), o BRICS pode ser compreendido como uma aliança estratégica entre países emergentes com fortes projeções regionais em suas respectivas áreas de influência. Após as consequências da crise financeira global de 2007-2008, tais países vêm procurando exercer maior influência geopolítica e subversão do *status quo* do Sistema Internacional, principalmente para reduzir o poder das tradicionais potências globais do G-7 nas instituições e organizações financeiras e diplomáticas em escala mundial.

Apesar do elevado nível de dependência do Brasil em relação à China, o que se vê, desde 2019, é um discurso presidencial de caráter sinofóbico, que pode comprometer o futuro da economia brasileira no curto prazo e a própria marginalização do país no cenário internacional.

A próxima seção mostrará, apesar da estratégia “kamikaze” do bolsonarismo, como o volume das transações comerciais sino-brasileiras vem atingindo níveis impressionantes. A China foi o principal destino dos quatro principais produtos exportados pelo país em 2020. Especificamente sobre o agronegócio, a China foi a maior compradora de sete dos dez produtos mais exportados pelo setor. O volume comercial do Brasil com a China foi maior do que a soma dos treze maiores mercados importadores do Brasil.

4. BOLSONARISMO E A ESTRATÉGIA “KAMIKAZE” DO BRASIL EM RELAÇÃO À CHINA E AO MERCOSUL

Como destacado pela Confederação Nacional da Indústria (2021), o Mercosul, que gerou um superávit de US\$ 54,9 bilhões para o Brasil no decênio entre 2011 e 2020, é crucial para a geração de emprego, renda e cadeias produtivas de maior valor agregado no território brasileiro. O Brasil possui uma pauta diversificada para o Mercosul, mas com privilégio às exportações de produtos industrializados como veículos, máquinas mecânicas, plásticos, máquinas elétricas e papel.

Embora o comércio brasileiro ainda seja superavitário com o Mercosul, as transações comerciais do Brasil com os demais membros vêm sendo reduzidas drasticamente nos últimos anos. As tabelas das transações comerciais do Brasil com os países do Mercosul verificadas no portal eletrônico da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SECEX⁴) são emblemáticas. Em 2011, ano com as maiores transações comerciais na história do bloco, o Brasil exportou US\$ 27,8 bilhões e importou US\$ 21,1 bilhões. Já em 2020, que apresentou uma redução de mais de 50% nos valores referentes ao ano de 2011, o Brasil exportou US\$ 12,4 bilhões e importou US\$ 11,9 bilhões, valores mais baixos desde 2005.

Apesar das múltiplas crises verificadas na economia brasileira na última década, dados da SECEX do ano de 2020 indicam que a China se tornou o primeiro parceiro comercial a superar a marca histórica de US\$ 100 bilhões em transações comerciais com o Brasil. Além disso, o Brasil apresentou um superávit comercial de US\$ 33.645 bilhões com a China em 2020⁵, o que representou cerca de 65% do saldo total acumulado pelo país com todos os parceiros no mesmo ano (US\$ 50,9 bilhões).

4 Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia. Dados obtidos em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>

5 Em 2020, o Brasil exportou US\$ 67.685 bilhões e importou US\$ 34.042 bilhões da China.

Com um volume total de US\$ 102 bilhões entre importações e exportações, 28% das transações comerciais do Brasil são realizadas exclusivamente com a China. Especificamente sobre o agronegócio, setor responsável por 48% das exportações totais do Brasil (US\$ 100,8 bilhões), as relações comerciais com a China são ainda mais profundas. A China comprou 33,7% das exportações totais do setor em 2020⁶, com vendas externas de US\$ 34 bilhões e acréscimo de 9,8% sobre os valores de 2019 (US\$ 30,96 bilhões) (SECEX, *On-line*). Grãos, minérios, combustíveis, carnes e açúcar, produtos de baixo valor agregado, são os itens mais exportados do Brasil para a China.

O volume das transações comerciais do Brasil para a Argentina, os Estados Unidos e a União Europeia, parceiros tradicionais do país, diminuíram consideravelmente em 2020. As exportações brasileiras tiveram uma queda de 12,7% para a Argentina, 27,2% para os Estados Unidos e 13,3% para a União Europeia. As importações por parte do Brasil também apresentaram queda: 25,6% para a Argentina, 19,2% para os Estados Unidos e 12,9% para a União Europeia (SECEX, *On-line*).

Dados obtidos junto à SECEX sobre as transações comerciais do Brasil entre janeiro e agosto de 2021, indicam que 2021 será um ano de novos recordes para o comércio exterior e para as relações Brasil e China. A China aumentou em 110% a compra de minério de ferro e seus concentrados, em 18% a compra de soja, em 83% a compra de açúcares e melaios e em 24% a compra de Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (SECEX, *On-line*).

Com isso, a postura sinfóbica da agenda bolsonarista não apresenta nenhuma conexão com o pragmatismo necessário às relações internacionais e tampouco com as necessidades político-econômicas atuais e futuras do Brasil, já que o país apresenta um elevado superávit comercial com a China, o maior parceiro econômico, o maior importador e o maior investidor na economia brasileira.

Ademais, o maior volume de exportações brasileiras para a China envolve os setores do agronegócio e da mineração, que podem ser substituídos pelo aumento das parcerias chinesas com outros países, como os do próprio Mercosul, da África Subsaariana e pela diminuição das disputas comerciais com os Estados Unidos.

Outro aspecto a ser considerado é que a postura incisiva do atual governo brasileiro contra a China não está conectada a um projeto de desenvolvimento econômico interno de valorização da indústria nacional, área marginalizada pela política econômica ultraliberal da gestão Bolsonaro. Isto é, a retórica anti-China não é baseada na defesa da presença político-econômica brasileira na histórica área de projeção de poder do Mercosul, já que a política externa bolsonarista, sucessivas vezes, com ações e discursos, marginalizou o bloco sul-americano.

Em suma, uma narrativa discursiva eleitoreira com aspectos de uma ideologia obsoleta de Guerra Fria voltada para a coesão e radicalização de uma base política e social interna vem determinando questões fundamentais de Estado no Brasil.

O atual governo brasileiro possui uma estratégia “kamikaze” em relação à China, não reconhecendo os riscos que tal postura oferece ao país devido ao elevado grau de dependência econômica brasileira em relação ao gigante asiático. Tal estratégia começou a ser verificada

6 Balança comercial do agronegócio brasileiro da Confederação Nacional da Agricultura. Dados obtidos em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/Balanca-Comercial_jan-dez-2020.pdf

durante a campanha eleitoral das últimas eleições presidenciais no Brasil, em 2018, e desde o início do mandato de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. O bolsonarismo, hoje, está imerso no aparelho estatal brasileiro, principalmente na política externa desempenhada pelo Itamaraty (AVRITZER *et al.*, 2021).

Com uma total falta de percepção geopolítica e sem nenhum ganho concreto para o Brasil, a gestão Bolsonaro sempre tomou posição da guerra comercial dos Estados Unidos e das narrativas discursivas do governo Trump (20 de janeiro de 2017 a 20 de janeiro de 2021) contra a China. Como colocado por Fellet (2020), o presidente brasileiro já proferiu argumentos xenófobos ao povo chinês em virtude da pandemia do novo coronavírus e, como exposto por Corrêa e Matsuura (2020), o Palácio do Planalto colocou entraves nos interesses chineses na questão da tecnologia 5G no Brasil.

A persistente narrativa de “confronto permanente” por parte do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) e do Palácio do Planalto (presidência da república) contra a China, justificada pela defesa bolsonarista de valores liberais e cristãos, pode impactar profundamente a sociedade brasileira. O agronegócio nacional ainda não sentiu os efeitos dessa retórica de ataque, já que a China vem procurando abastecer seus estoques internos demandando recursos naturais do país de maneira acelerada nos últimos anos. Como uma amostra da capacidade de reação chinesa aos arrojados do Palácio do Planalto, o gigante asiático, algumas vezes durante o ano de 2021, não teve uma postura benevolente para o envio de insumos para a produção de vacinas contra o novo coronavírus.

O chefe de Estado brasileiro sempre manifesta publicamente a sua desconfiança dos efeitos da vacina denominada *CoronaVac*, produzida pela companhia biofarmacêutica chinesa Sinovac Biotech em parceria com o Instituto Butantan (Centro de pesquisas biológicas referência na América Latina e pertencente ao estado de São Paulo). Como amplamente divulgado pela mídia brasileira e mundial, chegou a dizer que o governo não faria a compra da “vacina chinesa” e disse que não tomaria o imunizante (UOL, 2020, *On-line*).

Após estudos feitos por meses em grupos de testes da população brasileira e com a aprovação da vacina *Coronovac* pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sobretudo pela parceria do governo do estado de São Paulo com Pequim numa aliança que ultrapassa o papel do governo federal, a gestão Bolsonaro ainda minimiza a importância do imunizante e persiste com a diplomacia “kamikaze” em seu governo.

Antes de vencer as eleições presidenciais de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro já apresentava uma postura complexa em relação à China. Em março de 2018, Bolsonaro e seus filhos visitaram a ilha de Taiwan, que é considerada pela China uma província rebelde e não é um Estado reconhecido pelo Brasil. Em diferentes ocasiões oficiais, o clã Bolsonaro enfatiza os efeitos negativos do Partido Comunista Chinês para o mundo.

In 2018, candidate Jair Bolsonaro ran a successful presidential campaign on a farright campaign that included, among other promises, that of cutting ties with Beijing and recognizing Taiwan. He stated openly, for instance, that “China doesn’t want to buy in Brazil – it wants to buy Brazil,” and that his government would steer clear of Communist partners. In reaction, China took the unusual step of publishing an

op-ed in the China Daily stating that there was “no reason for ‘Tropical Trump’ to disrupt relations with China” (ABDENUR, 2019, p. 161).

Em 2018, a embaixada chinesa no Brasil declarou que a visita de Bolsonaro, até então um candidato inexpressivo na corrida eleitoral presidencial, “não só afronta a soberania e integridade territorial da China, como também causa eventuais turbulências na Parceria Estratégica Global China-Brasil” (COBRA, 2018).

Como descrito pela jornalista Camila Mota (2020), “a retórica agressiva contra a China” já apresentada durante a campanha eleitoral foi colocada em prática nos dois primeiros anos de mandato e “intensificada com a eclosão da pandemia de covid-19”.

Fernanda Delgado e Adriana Abdenur (2020) analisaram o futuro das relações EUA e China a partir de um cenário da vitória de Joe Biden e os riscos associados ao Brasil. Com a marginalização do Brasil pela política externa estadunidense e com a persistência da estratégia “kamikaze” da gestão Bolsonaro em relação à China, o Brasil correria o risco de ficar cada vez mais isolado no cenário internacional.

Para o Brasil, sob o atual governo, não resta um espaço muito concreto do ponto de vista das relações internacionais nessa nova agenda multilateral. O alinhamento brasileiro com o governo Trump, a recessão econômica no contexto da pandemia, a ausência de um pensamento verdadeiramente estratégico e multisetorial em relação à China, a dificuldade em planejar a recuperação pós-pandemia e a falta de posicionamento construtivo em questões relevantes para Biden, tais como a Amazônia e os desmatamentos, podem dificultar o diálogo com o novo governo, caso Biden venha a ocupar a Casa Branca (DELGADO; ABDENUR, *Op. Cit.*, p. 66).

As mudanças políticas no cenário global no início de 2021 indicavam que o padrão de argumentação anti-China por parte da gestão Bolsonaro mudaria com a derrota eleitoral e fim de mandato presidencial de Trump nos Estados Unidos, já que essa postura de ataque era legitimada pela comunhão discursiva entre ambos os movimentos. Com a saída de Trump, a postura do presidente Bolsonaro não recuou e a política externa brasileira ainda age com imponderação em relação ao seu maior parceiro comercial⁷.

Os dois primeiros anos da gestão Bolsonaro foram caracterizados por intensos ataques por parte de figuras oficiais do governo brasileiro ao Estado chinês. Abraham Weintraub, ex-ministro da Educação (08 de abril de 2019 a 19 junho de 2020) e um dos representantes ultraconservadores do governo brasileiro, proferiu ofensas xenófobas e acusações diplomáticas extremamente graves à China (G1, 2020a, *On-line*). O ex-ministro enfatizou que a crise do coronavírus seria uma estratégia chinesa para controlar o mundo. À época, a Embaixada chinesa cobrou uma resposta oficial do Brasil (LUCIZANO, 2020).

7 Uma ala minoritária do governo brasileiro e importantes setores nacionais vêm atuando sistematicamente para contornar os percalços diplomáticos promovidos pelo bolsonarismo.

Por pressão de parlamentares ligados ao setor agroexportador e pela forte pressão da opinião pública, sobretudo pela defesa de Weintraub ao fechamento do Supremo Tribunal Federal, o mesmo foi retirado do grupo de ministros. Como “consolo” presidencial, foi indicado pela presidência da república ao cargo de diretor-executivo do 15º Distrito do conselho administrativo do Banco Mundial (G1, 2020b, *On-line*).

O parlamentar federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho de Jair Bolsonaro e, ironicamente, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados entre 2019 e 2020, publicou em sua conta oficial da plataforma Twitter que o Brasil deveria participar de uma “aliança global para um 5G seguro e sem espionagem da China” (GOMES, 2020, *On-line*).

As falas oficiais de membros do governo brasileiro na tentativa de repelir a atuação chinesa na questão da tecnologia 5G no Brasil, um ponto sensível da política externa brasileira ao tomar partido das disputas comerciais e da denominada “Guerra Fria 2.0” entre EUA e China sem a obtenção de ganhos concretos ao país, era algo muito mais conectado às proximidades ideológicas entre o Bolsonarismo com o Trumpismo do que algo pautado por elementos geoestratégicos. Em outubro de 2021, nos primeiros leilões da tecnologia 5G realizados no Brasil, empresas chinesas participaram e obtiveram a maior parte dos ganhos (GIELOW, 2021).

Para Bolsonaro e seu entorno, que seguem mais trumpistas do que qualquer republicano nos EUA, supõe-se uma decepção. O presidente e seus filhos são pródigos em arrumar confusão com a diplomacia chinesa, que, de tempos em tempos, lembra ao Brasil que o país asiático é seu maior parceiro comercial (GIELOW, *Op. Cit.*, *On-line*).

A questão da tecnologia 5G é apenas um dos aspectos que demonstram as contradições e os limites da dependência brasileira em relação à China e a contínua influência dos Estados Unidos e dos movimentos neoconservadores sobre o Brasil e sobre o bolsonarismo.

Diferentemente do primeiro comunicado da embaixada chinesa a Brasília na ocasião das ofensas do ex-ministro Weintraub, no qual Pequim cobrou respostas oficiais ao afirmar que “tais declarações são completamente absurdas e desprezíveis, que têm cunho fortemente racista e objetivos indizíveis, tendo causado influências negativas no desenvolvimento saudável das relações bilaterais China-Brasil”, a China elevou o tom ao governo brasileiro. O país citou que o Brasil poderá “arcar com consequências negativas e carregar a responsabilidade histórica de perturbar a normalidade da parceria China-Brasil” (FRAZÃO, 2020, *On-line*).

É perceptível que, pela sede de poder e vislumbrando a reeleição presidencial em 2022, a gestão Bolsonaro não compreende as possibilidades e eventuais vantagens estratégicas do Brasil em relação à China, relações a partir de uma política externa racional. Em oposição, o casamento entre princípios neoconservadores com uma política econômica ultraliberal ameaçam os interesses do Brasil justamente para solidificar uma narrativa anticomunismo em torno de sua base de apoio.

Em fins de 2021, a narrativa anti-China e anticomunista ainda conecta cerca de 25% do eleitorado brasileiro às ideias presidenciais. Tais discursos canalizam as frustrações de uma sociedade empobrecida para inimigos internos e externos e, como ilustrado no caso da vacina *CoronaVac*, máscara a incapacidade interna de governo em diversas áreas.

Num texto publicado em dezembro de 2020, o jornalista Luis Barrucho coloca o seguinte questionamento: “A China poderia ‘dar as costas’ ao Brasil, adotando, por exemplo, represálias comerciais? Ou seria a China dependente de nossas commodities?” (BARRUCHO, 2020, *On-line*).

Barrucho assinala que a relação de “codependência” entre os dois países foi ainda mais acentuada durante a pandemia do novo coronavírus. Entretanto, tal “codependência” deve ser relativizada já que o nível de dependência do Brasil é maior. Enquanto a China é a maior parceira comercial do Brasil, tanto para as exportações nacionais como para o investimento estrangeiro direto, o Brasil é apenas o sétimo maior parceiro comercial chinês.

O pragmatismo e interesses de longo prazo chineses podem colocar a economia brasileira em xeque caso a estratégia político-eleitoral de viés conservador e anti-China do governo Bolsonaro se sobreponha ao pragmatismo e respeito mútuo das relações exteriores. Nesse sentido, cumpre citar dois aspectos: i) os estoques de soja, minério de ferro e petróleo estão cada vez maiores no gigante asiático; ii) há uma intensificação do projeto chinês de uma estratégia geoeconômica de diversificação de fornecedores de commodities e recursos primários, inclusive de vizinhos do Brasil, como a Argentina, Paraguai e o Uruguai, e de diversas partes do mundo, como Canadá, Rússia, Ucrânia, além de contínuos projetos agrícolas na África Subsaariana (BRAUTIGMAM, 2015; XING; FARAH, 2013).

Somado a isso, a possível redução das tensões geopolíticas e comerciais entre China e Estados Unidos deve reativar o intenso comércio entre as duas superpotências também na área de produtos agropecuários.

Nesse sentido, as contradições discursivas do bolsonarismo são evidentes. Os ataques presidenciais à China podem afetar o conjunto da sociedade brasileira, mas com maior ênfase no agronegócio exportador. A gestão Bolsonaro é sustentada pelo agronegócio, setor que vem ganhando extrema projeção com o aumento da demanda chinesa e que pode ser completamente ameaçado com a persistência dos ataques. Desta maneira, não é difícil imaginar que o agronegócio desembarque da base de apoio de sustentação do bolsonarismo se a China tomar atitudes de represália comercial ao Brasil.

Um aspecto igualmente contraditório é que, enquanto outros mercados, como o europeu e o estadunidense, questionam métodos e cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, principalmente pelo modo no qual a gestão Bolsonaro lida com as questões ambientais na Amazônia, a China⁸ não se intromete nas complexas questões socioambientais que envolvem o agronegócio brasileiro.

Análises e interlocutores do Brasil junto a Pequim indicam que o pragmatismo geopolítico chinês entende que Bolsonaro é um governo de exceção, tratando-o como um fenômeno político pontual, tal como Trump. Como abordado por Abdenur (*Op. cit.*), as relações Brasil e China são muito mais complexas do que a existência de um crescente comércio bilateral. As relações envolvem investimentos chineses na área de energia, infraestrutura e em setores industriais. Mas até quando serão capazes de aguentar uma crescente retórica anti-China?

Cumpre dizer que os ataques ideológicos do governo brasileiro, não somente do chefe de Estado, mas de outras autoridades do executivo, são relativamente recentes e foram atenuados

8 Importante ter em mente que a China tem assumido contemporaneamente um papel mais proativo na defesa ambiental em função de pressões internacionais que questionam a postura e o modelo de industrialização/padrão de comércio externo chinês.

frente ao recrudescimento da manifestação chinesa acerca dos comentários xenofóbicos proferidos pelo Brasil. Outro aspecto importante é que a perspectiva chinesa ainda atua com uma postura paciente para aguardar os próximos anos da política interna brasileira, sobretudo pela possibilidade de fim do bolsonarismo via eleições presidenciais de 2022.

Contudo, a persistência dos ataques bolsonaristas às relações sino-brasileiras em 2022 e num eventual segundo mandato pode marginalizar o mercado agropecuário nacional com profundas consequências econômicas para a economia brasileira. A retaliação político-econômica chinesa à Austrália, numa escalada de tensão que teve como consequência a suspensão por tempo indeterminado do “Diálogo Econômico Estratégico Sino-Australiano”, é uma questão que merece extrema atenção e prudência por parte da gestão Bolsonaro. A China apontou que o governo australiano age com “uma mentalidade de guerra fria e discriminação ideológica”.

A Austrália, que é a sexta maior parceira comercial da China, vem sofrendo sucessivas retaliações econômicas após ataques diplomáticos do país a Pequim. Além da elevação de barreiras comerciais para diversos produtos, como carne e cevada, a China pediu que a sua população evitasse visitar a Austrália para turismo ou estudo em razão dos “numerosos casos de discriminação contra asiáticos” (BARRUCHO, *Op. Cit., On-line*).

Embora dados do comércio exterior brasileiro verificados nas tabelas fornecidas pela SECEX nos anos de 2019, 2020 e 2021 indiquem que os últimos três anos tenham apresentado um nível recorde de exportações de minério e soja provenientes do Brasil para a China, hoje, a potência global possui novos e potenciais espaços de importação de commodities, como a África subsaariana e os próprios vizinhos do Mercosul.

A forte presença de capitais chineses no continente africano, num processo conhecido como *land grabbing*, envolve a aquisição de recursos naturais voltados para a segurança alimentar e soberania energética chinesa (BRAUTIGMAM, *Op. Cit.*; MOYO, *Op. Cit.*).

Outrossim, há o incremento das relações entre China e Rússia que envolvem, além de determinados interesses geopolíticos mútuos, aspectos econômicos, como a promessa de compra chinesa da produção de soja russa de áreas temperadas. Há uma forte possibilidade da incorporação de milhões de hectares siberianos para uma nova frente agropecuária num contexto de mudanças climáticas, o que transformaria o mercado global de commodities e que poderia reduzir a força exportadora do Brasil.

Como observado por Menezes e Bragatti (2020), associado ao crescimento das exportações do setor primário devido ao apetite do mercado chinês pelas commodities brasileiras, o país vem sendo fortemente atingido por um processo de reprimarização econômica. Os autores relacionam o aumento da projeção de poder e a demanda chinesa por commodities na América Latina com os processos internos de reprimarização econômica verificados nas duas primeiras décadas do século XXI.

In less than a decade and a half, China has become a crucial destination for Latin America’s primary products and already occupies the position of first or second trading partner in several countries of the region. By 2013, about 80% of the region’s exports to the Chinese market were concentrated on only five primary products (oil, soybean, iron ore, copper and sugar), a significant increase from 47% primary products exported in 2000 (MENEZES; BRAGATTI, *Op. Cit.*, p. 457).

O cada vez mais enfraquecido setor industrial brasileiro não foi capaz de sustentar a concorrência com os bens industriais importados da China. A reprimarização da economia e o enfraquecimento do setor industrial brasileiro influenciam na desindustrialização, no nível de emprego e no valor da massa salarial do Brasil.

Nas últimas décadas, reflexo de uma má gestão da política industrial nacional, o setor manufatureiro brasileiro não conseguiu acompanhar o desempenho das exportações de matérias primas, passando por um gritante processo de desindustrialização. Após a abertura comercial dos anos 1990 e, sobretudo a partir dos anos 2000, momento no qual a China assume o histórico papel dos Estados Unidos como o maior parceiro comercial brasileiro, o Brasil vem perdendo mercado industrial para a própria China. A menor competitividade dos produtos industrializados brasileiros frente aos chineses reduziu a força do setor industrial do país tanto na escala nacional como no espaço estratégico do Mercosul.

Assim, numa perspectiva brasileira, o país deveria apresentar um projeto de Estado capaz de sustentar relações políticas e econômicas com a China sem, necessariamente, priorizar setores econômicos internos em detrimento de outros que são essencialmente mais estratégicos para o desenvolvimento nacional. E, ainda, caberia ao Estado brasileiro apresentar um projeto que não afugentasse as importações e tampouco os investimentos chineses no Brasil. Acima de tudo, um projeto que não apresente um caráter sinofóbico por elementos ideológicos baseadas numa visão de mundo de “guerra cultural” que prejudique os interesses nacionais em prol da sustentação de determinados grupos políticos junto à sua base eleitoral.

Os aspectos internos e externos já mencionados sobre a China fazem com que a mais nova potência global atue com uma dupla característica: i) que releve as temeridades da diplomacia brasileira; ii) que fique indiferente às questões socioambientais que envolvem as cadeias produtivas dos produtos demandados com vistas à garantia da importação de commodities do Brasil.

Em síntese, algumas questões se colocam: até quando a diplomacia chinesa aceitará os ataques brasileiros apenas com respostas limitadas a notas oficiais? Até quando a agenda ideológica bolsonarista persistirá sem maiores danos ao país? Até quando o Itamaraty e o Palácio do Planalto atuarão contra as vantagens políticas e econômicas para a sociedade nacional de uma política externa pragmática, propositiva e conciliatória?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de disputar com o Brasil parte do mercado dos demais membros do Mercosul, a China se consolidou nos últimos treze anos como um parceiro crucial para a balança comercial nacional e para a solidez e expansão de diversos setores, especialmente os ligados ao agronegócio, à mineração e às cadeias logísticas-portuárias de exportação. No plano interno, apesar do crescente comércio bilateral entre Brasil e China, é preciso pontuar a necessidade de o Brasil diversificar seus parceiros estratégicos e a sua própria pauta de exportações para evitar uma arriscada dependência financeira com a China e, ao mesmo tempo, caminhar para um irreversível processo interno de reprimarização econômica.

Ao passo que setores internos do Brasil ganhem projeção econômica com as parcerias comerciais com a China, como nos recordes de vendas verificados pelo agronegócio no ano

de 2020, outros setores, especialmente a indústria de transformação, não estão conseguindo competir em escala, preço e qualidade com a forte expansão dos produtos manufaturados Made in China no Brasil e no Mercosul nas últimas três décadas.

A perda de competitividade industrial do Brasil, tão marcada pela crise financeira dos anos 1980 e pela abertura neoliberal dos anos 1990, também foi impactada por um conjunto de escolhas políticas, à direita e à esquerda, nestas duas primeiras décadas do século XXI. A condução da política econômica da gestão Bolsonaro é apenas mais um modelo incapaz de reverter o processo de reprimarização e desindustrialização em voga no Brasil.

Dados do Portal do Comércio Exterior Brasileiro (2021) indicam que a participação dos produtos industrializados na pauta de exportação do país caiu para 51,6% entre 2010 e 2019. O número era de 70% na década anterior. A retração da demanda dos países do Mercosul pelos produtos manufaturados brasileiros devido à expansão chinesa e a marginalização do bloco pela política externa bolsonaristas são alguns dos inúmeros aspectos que envolvem o tema.

Deste modo, na questão geoeconômica, a China deveria ser encarada pelo Estado brasileiro como um rival estratégico tanto na escala do mercado interno nacional como nas disputas entre o comércio industrial chinês em relação às exportações brasileiras na América do Sul, especialmente nos países do Mercosul.

Nas últimas três décadas, o Estado brasileiro falhou na criação de políticas industriais que fortalecessem os setores industriais do país frente aos complexos desafios da concorrência internacional em tempos de globalização. Ao contrário, realizou-se um forte mecanismo institucional de apostar na política das denominadas “campeãs nacionais”. Um ciclo internacional de valorização de commodities direcionou esforços e uma contraditória estrutura estatal-privado para privilegiar e incentivar as exportações de determinados produtos, como a soja, o milho, a cana de açúcar, a carne bovina e o minério de ferro.

O *boom* das commodities deste início de século, embora capaz de sustentar um sólido processo nacional de projeção geopolítica internacional, recuperação econômica, estabilidade democrática e implementação de reconhecidas políticas públicas de inserção social, não significou uma visão macropolítica de longo prazo que protegesse e valorizasse a indústria brasileira frente à concorrência e à competição com Estados-economias nacionais mais desenvolvidos.

Ter a China como um importante parceiro comercial, inclusive com o Brasil tendo elevado superávit no comércio bilateral, é um aspecto que deve ser relativizado, já que a leitura dos números indica a hipervalorização de setores internos do Brasil concentradores de renda, de terra e, no caso do agronegócio, de poder político.

Uma interpretação crítica da realidade brasileira demonstra o domínio agroconservador na construção, formação e sentido do Estado no Brasil em termos históricos e na contemporaneidade.

Como frisou o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1971, p. 63), “a existência prévia de um setor exportador nacional permitiu a formação de uma camada dirigente que cumpria suas funções duplamente, como classe política e como classe econômica”. Ainda seguindo uma perspectiva histórica, o autor reforça os laços da “construção” do Brasil como uma “empresa” voltada aos interesses do setor escravista e agroexportador.

As relações de cumplicidade entre o bolsonarismo com o setor agro-minero-exportador reforçam que as ideias semeadas e promovidas pelas elites do país vêm cumprindo com êxito uma dupla função: i) solidificam a narrativa da “vocação agroexportadora do país” como parte de um projeto de “interesse nacional”; ii) justificam tal projeto pela ocupa o e expansão territorial de modelos econômicos ambientalmente insustentáveis como uma “necessidade” para “proteger” a soberania nacional em razão de interesses estratégicos das Grandes Potências sobre os recursos naturais brasileiros.

A utiliza o de pressupostos político-econômicos baseados na crença do “interesse nacional” contribuem para imobilizar a maior parte da popula o da tomada de decisão e da gestão do território. A narrativa do “interesse nacional” sempre operou como um mecanismo voltado para terceirizar os interesses das camadas populares para as mãos de um Estado autoritário e personalista comandado por setores hegemônicos.

Como visto na rela o entre o agronegócio brasileiro com a China, trata-se de uma parceria vantajosa para as elites oligárquicas do país. Estas, na maior parte das vezes, estão alheias a processos de produ o agropecuárias sustentáveis e indiferentes às múltiplas questões ambientais que envolvem, sobretudo na contemporaneidade, os impactos sobre o Cerrado e a Amazônia brasileira. E isto só reforça o perfil “kamikaze” da retórica bolsonarista anti-China.

Ademais, os setores agro-minero-exportadores, em compara o com a indústria de transforma o, possuem menor capacidade de dinamizar outras cadeias produtivas internas em ciência, tecnologia, inova o e investimentos financeiros.

Quanto   China, o país é capaz de assumir um imenso déficit comercial com o Brasil porque necessita das commodities brasileiras para sustentar um projeto nacional de segurança alimentar e de soberania energética. Ao mesmo tempo, especificamente nos setores industriais e de serviços, muito mais vantajosas para a gera o de emprego, renda e cadeias de valor mais sofisticadas sob o ponto de vista da ciência, tecnologia e inova es, a presença chinesa cresce sobre o mercado brasileiro e sul-americano, inclusive se sobrepondo   histórica presença industrial brasileira no Mercosul.

Sob a  tica dos interesses estratégicos brasileiros no Mercosul, a China, de fato, é um rival estratégico. Cada vez mais a China poderia ser observada desta forma justamente por se tornar o principal parceiro político e econômico sobre os Estados que estão no espaço de proje o de poder do Brasil, como a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

Em termos geopolíticos e geoecon micos, ser parceiro e, ao mesmo tempo, rival, é algo comum no Sistema Internacional. Historicamente, cabe lembrar que, após os processos de reconstru o financiados por Washington a determinados parceiros capitalistas no pós-II Guerra Mundial sob a lógica da Guerra Fria, as disputas econômicas dos Estados Unidos com os países da Europa Ocidental e com o Japão assumiram um caráter de contendas interestatais. Atualmente, as disputas quanto à hegemonia global dos Estados Unidos com a China não impedem o forte nível de interdependência econômica entre ambos.

Desta forma, a partir de uma perspectiva sul-americana, seria muito mais eficaz para os países do Mercosul que todos negociassem em bloco com a China. Porém, dada a fragilidade política do bloco, sobretudo pela atual conjuntura política brasileira, pela falta de coordena o produtiva e pelos embates acerca da Tarifa Externa Comum entre os países membros, essa saída como uma op o pragmática se torna pouco provável. Tal possibilidade se enfraquece numa

conjuntura na qual emerge a preferência por acordos bilaterais, com o visível fortalecimento da Aliança do Pacífico como um espaço atrativo para negociações.

As atuais relações intrabloco demonstram as contradições e os limites do Mercosul. O Brasil não cumpre um papel geopolítico propositivo e conciliador que lhe caberia como a maior força do Cone Sul, abrindo espaço para a ameaça chinesa em relação a sua relativa posição de hegemonia regional. Uma possível liderança brasileira na coordenação político-econômica dos interesses dos membros do Mercosul em relação a uma negociação conjunta com o Estado chinês possui um forte potencial para trazer resultados e ganhos concretos para os Estados sul-americanos. Além disso, contribuiria para a própria conservação da influência brasileira sobre o espaço regional.

Todos poderiam abastecer o mercado chinês com commodities e outros itens e, ao mesmo tempo, preservariam o volume de transações comerciais internas, seus setores mais dinâmicos, evitando disputas com o expansivo mercado de exportações do setor industrial chinês.

Numa análise restrita apenas às duas primeiras décadas do século XXI sobre o papel do Estado no Brasil frente aos aspectos macropolíticos e macroeconômicos do Sistema Internacional, o que se viu, com governos à direita e à esquerda, no que pese às múltiplas diferenças, foi a falta de pragmatismo e visão de longo prazo. O país ficou preso num ciclo global de expansão do comércio internacional de commodities. O mesmo período que recolocou o Brasil de maneira incisiva como um relevante ator global e que impulsionou a presença das exportações primárias do país no mundo, também foi marcado por uma redução da força industrial do país no seu próprio mercado interno e na escala territorial do Mercosul.

Com o descrédito do ambiente político e econômico brasileiro nos últimos anos – o que tende a se manter em 2022 – uma eventual derrota do presidente Bolsonaro na tentativa de reeleição pode levar a um reaquecimento da economia e da própria projeção geopolítica brasileira. O país ainda possui condições para retomar a confiança do mercado internacional, tem possibilidades para resgatar pontes diplomáticas, principalmente com a mudança de rumo nos discursos e ações em relação à questão ambiental na Amazônia e ao multilateralismo internacional, e pode (re)implementar uma perspectiva estratégica viável e pragmática nas relações Brasil-China e Brasil-Mercosul.

Cabe frisar que os discursos anti-China realizados pela gestão Bolsonaro, no curto prazo, podem não ter uma capacidade de ruptura total no comércio bilateral e nas relações político-estratégicas entre Brasil e China. As atuais necessidades chinesas por commodities impedem que o país reoriente a sua estratégia em relação ao Brasil. Uma reorientação por parte de Pequim tenderia a se concretizar mais em função de decisões político-estratégicas do Estado chinês do que em relação às ações políticas pouco pragmáticas desempenhadas pelo governo brasileiro.

No entanto, a persistência de uma narrativa sinofóbica num eventual segundo mandato de Bolsonaro concomitante a transformações da conjuntura político-econômica global, como o reaquecimento do comércio de bens primários entre China e EUA, são elementos que podem impactar a tão dependente economia brasileira, colocando a China numa posição ainda mais cômoda em relação ao comércio bilateral com o Brasil.

Para além do atual processo sinofóbico conduzido pela agenda bolsonarista, é preciso repensar estrategicamente os riscos para a economia brasileira do elevado nível de dependência econômica setorial do país com a China. Se a China buscar diversificar os seus parceiros em substituição às importações provenientes do Brasil e/ou retaliar os ataques da gestão Bolsonaro

com a interrupção ou diminuição do comércio bilateral, os impactos no curto e médio prazo à economia brasileira seriam incalculáveis.

Por fim, o presente artigo finaliza o seu propósito com algumas questões para reflexão: até que ponto é interessante manter a economia brasileira dependente das exportações de commodities? A economia brasileira pode suportar uma enorme dependência das transações comerciais para um único país? Até quando o Mercosul continuará marginalizado pelo atual governo brasileiro? O fortalecimento do Mercosul não poderia garantir maior capacidade de barganha pelos seus membros no comércio e nas relações políticas com a China? O Mercosul não poderia reanimar o setor industrial e a própria projeção de poder do Estado brasileiro?

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana (2019). Navigating the Ripple Effects: Brazil-China Relations in Light of the Belt and Road Initiative (BRI). *In: Vestnik of Saint Petersburg University. International Relations*, vol. 2, issue 2, p. 153–168. Disponível em: <<https://doi.org/10.21638/11701/spbu06.2019.203>> Acesso em: 15/09/2021.
- AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.) (2021). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica.
- BARRUCHO, Luis (2020). China pode repetir o que fez com Austrália e retaliar o Brasil? **BBC News**, 13/12/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55160787>> Acesso em: 15/12/2020.
- BRAUTIGMAM, Deborah (2015). **Will Africa Feed China?** New York: Oxford University Press.
- BUGALHO, Henry (2020). **Minha especialidade é matar: como o bolsonarismo tomou conta do Brasil**. Curitiba: Kotter editorial.
- CACIOLI, Natália; FORDELONE, Yolanda (2015). China desacelera e põe fim à bonança das commodities. **Estadão**, 25/08/2015. Disponível em: <<https://infograficos.estadao.com.br/economia/por-que-o-brasil-parou/commodities.php>> Acesso em: 13/08/2021.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1971). **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- COBRA, Amanda (2018). República Popular da China critica Bolsonaro por sua visita a Taiwan. **Poder 360**, 09/03/2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/república-popular-da-china-critica-bolsonaro-por-sua-visita-a-taiwan/>> Acesso em: 24/05/2020.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (2021). Perfil da indústria brasileira. **Portal da Indústria**, 2021. Disponível em: <<https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-transformacao>> Acesso em: 24/08/2021.
- CONSIDERA, Claudio; TRECE, Juliana (2021). A nova década perdida brasileira e o resto do mundo – resultados per capita. **Blog do IBRE/FGV**, 12/03/2021. Disponível

- em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/nova-decada-perdida-brasileira-e-o-resto-do-mundo-resultados-capita>> Acesso em: 26/08/2021.
- CORRÊA, Marcello; MATSUURA, Sérgio (2020). Governo brasileiro decide apoiar os EUA em iniciativa contra a China na disputa sobre 5G. **O Globo**, 11/11/2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/governo-brasileiro-decide-apoiar-os-eua-em-iniciativa-contra-china-na-disputa-sobre-5g-1-24739329>> Acesso em: 13/11/2020.
- DELGADO, Fernanda; ABDENUR, Adriana (2020). O Plano Biden, as relações EUA-China e a geopolítica da energia. *In: Revista Conjuntura Econômica* (FGV – Fundação Getúlio Vargas e IBRE - Instituto Brasileiro de Economia), outubro de 2020, Volume 74, Número 10, p. 62-66.
- FELLET, João (2020). ‘Vírus chinês’: como Brasil se inseriu em disputa geopolítica entre EUA e China sobre pandemia. **BBC News**, 19/03/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51963251>> Acesso em: 09/11/2020.
- FRAZÃO, Felipe (2020). China reage a Eduardo Bolsonaro e diz que Brasil poderá ‘arcar com consequências’. **Estado de São Paulo**, 24/11/2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-reage-a-eduardo-bolsonaro-e-diz-que-brasil-podera-arcar-com-consequencias,70003526966>> Acesso em: 16/12/2020.
- GIELOW, Igor (2021). China ganha por pontos batalha brasileira na guerra do 5G com os EUA. **Folha de São Paulo**, 04/11/2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/china-ganha-por-pontos-batalha-brasileira-na-guerra-do-5g-com-os-eua.shtml>> Acesso em: 10/11/2021.
- GOMES, Pedro Henrique (2020). Embaixada da China repudia postagem que Eduardo Bolsonaro publicou e depois apagou. **Portal G1**, 24/11/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/24/embaixada-da-china-repudia-postagem-que-eduardo-bolsonaro-publicou-e-depois-apagou.ghtml>> Acesso em: 15/12/2020.
- G1 (2020a). Weintraub publica insinuações contra a China, depois apaga; embaixada cobra retratação. **Portal G1**, 06/04/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/06/weintraub-publica-post-com-insinuacoes-contra-a-china-depois-apaga-embaixada-repudia.ghtml>> Acesso em: 16/12/2020.
- _____ (2020b). Banco Mundial anuncia aprovação de Abraham Weintraub como diretor-executivo. **Portal G1**, 30/07/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/30/banco-mundial-anuncia-aprovacao-de-abraham-weintraub-como-diretor-executivo-da-instituicao.ghtml>> Acesso em: 16/12/2020.
- KALIL, Isabela (2018). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
- LOUÇÃ, Francisco (2018). A maldição populista na bola de cristal do século XXI. *In: HONÓRIO, Cecília (Coord.). O espectro dos populismos*. Lisboa: Editora Tinta-da-China, p. 203-234.
- LUCIZANO, Eduardo (2020). Embaixada da China rebate Weintraub sobre coronavírus: “Cunho racista”. **Portal UOL**, 06/05/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/06/embaixada-da-china-weintraub-coronavirus.htm>> Acesso em: 16/12/2020.

- MENEZES, Roberto Goulart; BRAGATTI, Milton Carlos. Dragon in the “backyard”: China’s investment and trade in Latin America in the context of crisis (2020). *In: Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 40, nº 3, p. 446-461, July-September/2020, p. 446-461.
- MÉNY, Yves (2020). **Democracias imperfeitas: frustrações populares e vagas populistas**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Tradução de Pedro Cerejo.
- MILANOVIC, Branko (2017). **A desigualdade no mundo: uma nova abordagem para a era da globalização**. Lisboa: Actual. Tradução de Marta Pereira da Silva.
- MOTA, Camilla (2020). Tensões com China - mas também negócios - aumentam em dois anos de Bolsonaro. **BBC News**, 15/12/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55268591>> Acesso em: 15/12/2020.
- MOYO, Dambisa (2013). **A China e a corrida aos recursos**. Lisboa: Bertrand.
- MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (2017). **Populismo: uma brevíssima introdução**. Lisboa: Editora Gradiva.
- ROBLES, Tatiana (2020). O atual populismo no Brasil: a ascensão de Jair Bolsonaro. *In: CANAS, Vitalino (Org.). Estudos sobre populismo: uma perspectiva panorâmica*. Lisboa: AAFDL editora, p. 409-432.
- UOL (2020). Bolsonaro desautoriza acordo de Pazuello e diz que não comprará CoronaVac. **Portal Uol**, 21/10/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/10/21/bolsonaro-responde-a-criticas-sobre-vacina-chinesa-nao-sera-comprada.htm>> Acesso em: 15/02/2021.
- XING, Li; FARAH, Abdulkadir Osman (2013). **China-Africa Relations in an Era of Great Transformations**. Farnham: Ashgate.